

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

OFÍCIO SEI Nº 377/2020/ME

Brasília, 14 de agosto de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: **Requerimento de Informação.**

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 1344, de 21.07.2020, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 772/2020, de autoria do Senhor Deputado Helder Salomão, que requer informações “sobre os benefícios fiscais aplicados para a produção e comercialização de bebidas adoçadas”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, Ofício nº 1198/2020 Gab RFB (9518877), da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

PAULO GUEDES

Ministro de Estado da Economia



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Nunes Guedes**, **Ministro de Estado da Economia**, em 24/08/2020, às 10:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9881594** e o código CRC **5C6C1790**.

Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 5º andar - Plano Piloto
CEP 70.048-900 - Brasília/DF
+55 (61) 3412-2524 - e-mail gabinete.ministro@fazenda.gov.br

Ao responder este Ofício, favor indicar expressamente o processo nº 12100.104174/2020-53.

SEI nº 9881594



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Ofício nº 1.198/2020 – RFB/Gabinete

Brasília, 27 de julho de 2020.

A Sua Senhoria o Senhor
Roberto Gondim Eickhoff
Gerente de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar
70048-900 - Brasília/DF

Assunto: Requerimento de Informação nº 772, de 2020, que requer informações sobre os benefícios fiscais aplicados para a produção e comercialização de bebidas adoçadas.
Referência: 12100.104174/2020-53.

Senhor Gerente de Projetos,

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad/Copan nº 136, de 22 de julho de 2020, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, que analisou o requerimento em epígrafe.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente
JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por KARINE GUEDES DE VASCONCELLOS em 27/07/2020 18:19:00.

Documento autenticado digitalmente por KARINE GUEDES DE VASCONCELLOS em 27/07/2020.

Documento assinado digitalmente por: JOSE BARROSO TOSTES NETO em 28/07/2020.

Esta cópia / impressão foi realizada por KARINE GUEDES DE VASCONCELLOS em 28/07/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP28.0720.20090.AXTU

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

33A12CB4D293D054D7941FBD638EFC05292D6EB7419AA95834194E98C3696D7E

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

Receita Federal

Nota CETAD/COPAN nº 136, de 22 de julho de 2020.

Interessado: Deputado Helder Salomão.

Assunto: Informações sobre os benefícios fiscais concedidos para a produção e comercialização de bebidas adoçadas.

E-Processo nº 10265.169293/2020-43

Esta Nota Técnica tem o objetivo de atender ao Requerimento de Informação proveniente da Câmara dos Deputados, encaminhado por meio do RIC nº 772/2020, de 8 de julho de 2020, e enviado a este Centro de Estudos, em 10/07/2020, pelo Sr. Ministro da Economia.

2. O Pedido supracitado solicita informações sobre os benefícios fiscais concedidos para a produção e comercialização de concentrados para elaboração de bebidas (Código TIPI 2106.90.10 Ex 01).
3. Em atendimento à solicitação, no que se refere aos itens de número 1 a 14, segue anexo a esse processo a **Nota CETAD/COEST nº 097, de 26 de junho de 2019**, a qual teve como objetivo estimar o impacto de eventual redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – incidente sobre concentrados para elaboração de bebidas (Código TIPI 2106.90.10 e seu Ex 01), prescrita no Decreto nº 9.514/2018. Lembrando que a Receita Federal não dispõe de outros estudos relacionados ao tema.
4. Por fim, em relação aos itens de número 15 a 17, cabe participar que não estão disponíveis informações acerca das renúncias fiscais associadas à alíquota zero, bem como as referentes aos produtos classificados nas NCMs indicadas.

São essas as informações.

Assinatura digital

RAFAEL PRACIANO GARCIA

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe da DIPAG

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do Cetad.

Assinatura digital

MARCELO DE MELLO GOMIDE LOURES

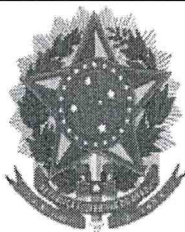
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador da COPAN

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil.

Assinatura digital

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Chefe do CETAD



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por RAFAEL PRACIANO GARCIA em 27/07/2020 14:52:00.

Documento autenticado digitalmente por RAFAEL PRACIANO GARCIA em 27/07/2020.

Documento assinado digitalmente por: RAFAEL PRACIANO GARCIA em 27/07/2020, CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 27/07/2020 e MARCELO DE MELLO GOMIDE LOURES em 27/07/2020.

Esta cópia / impressão foi realizada por KARINE GUEDES DE VASCONCELLOS em 28/07/2020.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP28.0720.20116.YCSR

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
EDE1D8E9A5BA1437940670966C35197E0F3AC6F396559FE77322F5B07E65BD1E

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA**Nota CETAD/COEST nº 097, de 26 de junho de 2019.****Interessado:** Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil**Assunto:** IPI – Bebidas Frias – ZFM – Concentrados*e-Dossiê nº 10030.001165/0918-08*

A presente Nota Técnica tem por objetivo estimar o impacto de eventual aumento da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – incidente sobre concentrados para elaboração de bebidas (Código TIPI 2106.90.10 e seu Ex 01), prescrita no Decreto nº 9.514, de 2018, cuja alteração se dará nos termos do despacho contido no e-processo nº 18220.100200/2018-70, e da minuta de decreto nos termos transcritos abaixo:

"Art. 1º Fica alterada a Nota Complementar NC (21-2) no Capítulo 21 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"NC (21-2) Fica fixada, temporariamente, nos períodos e percentuais abaixo indicados, a alíquota relativa ao produto classificado no código 2106.90.10 Ex 01:

| ALÍQUOTA (%) | | |
|--|---|---|
| De 1º de janeiro de 2019 até 30 de junho de 2019 | De 1º de julho de 2019 até 30 de setembro de 2019 | De 1º de outubro de 2019 até 31 de dezembro de 2019 |
| 12 | 8 | 10 |

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação".

2. Importante contextualizar que a alíquota vigente de IPI, veiculada pelo Decreto nº 9.514, de 2018 e contida à Nota Complementar da tabela TIPI – NC (21-2) é de 12%. Complementarmente, o mesmo Decreto fixou alíquota de 8% para vigor a partir de 1º de julho de 2019.

3. A medida proposta terá, assim, o condão de causar impacto negativo na arrecadação na cadeia de bebidas frias, particularmente no segmento de refrigerantes. Isso porque este produto é um insumo para produção dessa bebida e, a despeito da alíquota elevada, não gera arrecadação de IPI tendo em vista ser produzido, em grande parte, na Zona Franca de Manaus – ZFM – e, por isso, gozar de isenção do referido tributo na saída.

4. De acordo com a sistemática atual, o insumo gera créditos fictos na etapa seguinte da cadeia por força de decisão judicial transitada em julgado.

5. Como a alíquota aplicável ao produto final é bastante inferior à do insumo (que apenas gera créditos sem a arrecadação correspondente), atualmente o refrigerante sofre a incidência efetiva neutra de IPI, dada a alíquota de 12% na indústria, em suas saídas de produção própria. Ou seja, de cada R\$ 100,00 (cem reais) vendidos em refrigerantes pela sua indústria, a Fazenda Nacional arrecada R\$ 0,00 (zero reais) líquidos de IPI, dado que a arrecadação bruta se compensa no mesmo ou em outros tributos.

6. Tendo em mente que haverá redução de alíquota de 12% para 8% em 1º de julho, considerando que tal redução de alíquota reduzirá o montante desses créditos fictos, adequando a incidência sobre o insumo a um patamar positivo de arrecadação de IPI, consideradas as compensações, teremos como consequência uma alíquota positiva de IPI para o concentrado, porém ainda aquém da alíquota do produto final, o que provocará uma redução na geração de créditos fictos. O resultado final estimado é que a alíquota efetiva de IPI sobre refrigerantes passe a ser de 0,6% positiva após a produção de efeitos da alteração de alíquota nominal de IPI de 12% para 8%.

7. Ocorre que a alteração proposta de 8% para 10% terá como efeito redução de alíquota efetiva de 0,6 para 0,3% de IPI aumentando a geração de créditos fictos e como consequência reduzindo a arrecadação de IPI, demonstrando aqui a renúncia.

8. Estima-se que o impacto anual na arrecadação com a medida ora em análise será uma perda de aproximadamente de R\$ 224,27 milhões/ano, resultando em um decréscimo anual estimado de R\$ 112,13 milhões para cada ponto percentual de aumento da alíquota. Para o ano de 2019, a cada mês que a medida vigore, e considerando que o impacto deve ser estimado tomando por base dois meses a menos (em virtude da sistemática do tributo), este será de aproximadamente a R\$ 18,51 milhões por mês efetivo, segundo quadro abaixo:

Impacto negativo na arrecadação decorrente do aumento de alíquota sobre concentrados oriundos da ZFM

| em Milhões de R\$ | | | | | | |
|-------------------|---------------------|------------------------|-------------------------------|-------|--------|--------|
| | Pontos % de Aumento | Meses de Eficácia/2019 | Aumento de arrecadação/mensal | 2019 | 2020 | 2021 |
| de 8% para 10% | 2 | 1 | 18,51 | 18,51 | 228,84 | 230,24 |

9. Contudo, importante frisar que a alteração de alíquota, apesar de estar se refletindo na arrecadação de IPI – que dispensa medidas de compensação segundo o art. 14 da LCº 101, de 2000 –, terá impacto nas metas de resultado, pois a arrecadação de IPI foi prevista na LOA/2019 tendo como base uma alíquota nominal de 4%, afetando assim o cumprimento das metas contidas naquele diploma legal¹.

São estas as considerações submetidas à apreciação superior.

Assinado digitalmente
ALESSANDRO AGUIRRES CORRÊA
Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao chefe do CETAD.

Assinado digitalmente
ROBERTO NAME RIBEIRO
Auditor Fiscal da Receita Federal
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se conforme proposto ao Gabinete RFB.

Assinado digitalmente
CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS
Auditor Fiscal da Receita Federal
Chefe do CETAD



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 26/06/2019 17:56:00.

Documento autenticado digitalmente por ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 26/06/2019.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 26/06/2019, ROBERTO NAME RIBEIRO em 26/06/2019 e ALESSANDRO AGUIRRES CORREA em 26/06/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 26/06/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP26.0619.18019.S9ES

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

DA45EB2A0C952ACD7E6E30B356AD0C567019056331721A1DB9C09889F0E85636